

Metafísica – Uma Introdução

Brian Carr
(U. Exeter)

Resumão de CARR, B. (1987), *Metaphysics: An Introduction*. Londres: Macmillan. Confeccionado por Osvaldo Pessoa Jr. para a disciplina FLF0469, Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência IV, USP, 1º semestre de 2015 (feito originalmente em 2006). O início aproximado de cada página do original está indicado entre colchetes: [8]. Comentários adicionais do resumidor, também entre colchetes, foram geralmente obtidos de KIM, J. & SOSA, E. (orgs.) (1995), *A Companion to Metaphysics*. Oxford, Blackwell.

CAP. 1: DESCRIÇÃO CATEGORIAL

I. INTRODUÇÃO

[2] A metafísica, em sua forma mínima, é a atividade de “descrição categorial”. Ao falarmos da realidade, fazemos inúmeras divisões, algumas das quais são mais gerais, como a distinção entre *coisas* e suas *propriedades*, entre *eventos* e seus *tempos* e *lugares*, etc.

(Cap. 1) I.1. Categorias Aristotélicas

Em sua obra *Categorias*, Aristóteles fez uma lista de dez categorias ou “predicáveis”. Ao dizer “Aristóteles está no Liceu”, o predicado é “está no Liceu”, ou seja, estamos predicando “estar no Liceu” de alguma substância, que no caso é Aristóteles. [3] Note, porém, que não se trata de uma análise sintática de uma sentença, de uma discussão sobre linguagem, mas sim de uma discussão sobre a realidade. Cada categoria designa um tipo de *coisa*, não um tipo de termo linguístico ou de ideia.

No entanto, para investigar as categorias, Aristóteles precisava investigar a estrutura da linguagem e do pensamento. [4] O estudo dos entes mais gerais da realidade passa por um estudo da linguagem e pensamento, que fornecem as estruturas conceituais mais gerais com as quais categorizamos o mundo. [A metafísica se beneficia não só do estudo da linguagem e pensamento, mas também de sistemas lógicos, dos resultados da ciência (física, cosmologia, biologia, etc.), e dos resultados da ciência cognitiva a respeito de como linguagem e pensamento funcionam.]

(Cap. 1) I.2. Categorias Kantianas

[5] As categorias em Immanuel Kant provêm do pensamento, não das coisas-em-si, ao contrário do que ocorre com Aristóteles. A fonte das “formas do entendimento” em Kant foi a lógica tradicional. A “quantidade” de um juízo pode ser universal, particular ou singular; a “qualidade” pode ser afirmação, negação ou infinitude; a “relação” pode ser categórica, hipotética ou disjuntiva; e a “modalidade” pode ser problemática, assertiva ou apodítica. Disso, provêm as doze categorias kantianas, que são, respectivamente: unidade,

pluralidade ou totalidade; realidade, negação ou limitação; substância & acidente, causa & efeito, ou interação recíproca; possibilidade, existência ou necessidade.

[6] Aristóteles pode ser considerado um *realista categorial*, ao passo que Kant seria um *conceitualista categorial*. [7] Há, porém, uma forma de conceitualismo que não nega (como faria Kant) que tenhamos acesso à realidade, mas também não o afirma (como faria um realista). É esta a linha de *descrição categorial mínima* defendida pelo autor.

(Cap. 1) I.3. Relativismo Metafísico de Collingwood

Robin Collingwood, em seu *Ensaio de Metafísica* (1940), defende que a metafísica é o estudo dos pressupostos fundamentais do pensamento científico de uma época, como por exemplo o princípio de causalidade da física determinística da mecânica clássica. Como a ciência muda com o passar do tempo, assim também a metafísica deve ser sempre revista. Carr chama tal concepção de *relativismo categorial*, em oposição ao “absolutismo” de Aristóteles e Kant. [8] É verdade que, em algumas passagens, Kant considera a possibilidade de haver criaturas com estruturas perceptivas diferentes, ou divisões categoriais diferentes – uma tese do relativismo categorial – mas depois ele argumenta a favor do absolutismo categorial.

[9] A posição de Carr é que a descrição categorial mínima não precisa adotar o relativismo, e nem o absolutismo.

(Cap. 1) I.4. Strawson sobre Descrição versus Prescrição

Carr reconhece a influência que recebeu da obra de Peter Strawson, *Individuals* (1959), [10] mas discorda da distinção do oxfordiano entre “metafísica descritiva” e “revisonista”. A primeira se contenta em descrever a estrutura que de fato tem nosso pensamento, ao se referir ao mundo; a revisonista busca alcançar uma estrutura melhor. Segundo Strawson, Aristóteles e Kant seriam descritivistas, ao passo que Descartes, Leibniz e Berkeley seriam revisonistas.

[11] Carr também critica a afirmação de Strawson de que podemos nos concentrar na estrutura do pensamento, de maneira independente do estudo da linguagem. Discorda também que se possa argumentar que a metafísica descritiva captura as características *imutáveis* do pensamento (um absolutismo metafísico). [12]

(Cap. 1) I.5. Categorias como Tipos Fundamentais

[13] Devemos aceitar que existam categorias que sejam as fundamentais? Ou haveria diferentes graus de fundamentalidade? Kant, por exemplo, concebeu suas doze categorias como sendo igualmente fundamentais, independentes, e exaustivas. [14] Mas pode-se argumentar que a categoria de interação recíproca pode ser derivada das categorias de substância e causalidade. Assim, Carr considera melhor estudar quais são as categoriais “mais” (*more*) fundamentais, sem se preocupar sobre quais seriam “as mais” (*most*) fundamentais de todas.

II. O LUGAR DA METAFÍSICA NA FILOSOFIA

A metafísica não pode ser investigada em isolamento com relação às outras áreas da filosofia, como a epistemologia ou a filosofia da mente. Ilustraremos isso examinando a tentativa de Descartes de provar a natureza dual de uma pessoa, e o problema do estatuto ontológico dos fatos.

(Cap. 1) II.1. Descartes sobre Mente e Corpo

[15] Na *Segunda Meditação*, René Descartes (1641) apresenta seu célebre argumento envolvendo o *cogito*, que pode ser resumido da seguinte maneira: 1) Estou certo de que eu existo. 2) Não tenho certeza de que tenho um corpo. Portanto 3) Minha existência não envolve um corpo. Portanto 4) Eu existo enquanto uma coisa pensante, um *res cogitans*.

[16] Antoine Arnauld (1641) criticou a passagem de 1 e 2 para 3, por se basear na ignorância a respeito de um fato. Esse problema talvez possa ser evitado, mas o interessante é perceber como uma tese relativa à descrição categorial (ou seja, à natureza das coisas) está intimamente ligada a uma tese epistemológica (sobre o que podemos ter certeza de conhecer).

Na *Sexta Meditação*, [17] Descartes propôs um argumento em favor do dualismo, ou seja, a tese metafísica de que existe uma diferença real entre mente e corpo. Novamente, ele se baseia em premissas epistemológicas.

(Cap. 1) II.2. Estatuto Ontológico dos Fatos

[18] A descrição categorial examina os tipos fundamentais de coisas que têm lugar em nossos esquemas conceituais. Além dos particulares, das propriedades, dos eventos, etc., é interessante estudar que tipo de coisa é um *fato*, tipo de ser que não aparece na lista de categorias de Aristóteles e Kant. Exemplos de substâncias particulares são Napoleão e o Big Ben. Um exemplo de um fato é que Napoleão perdeu a batalha de Waterloo. Fatos envolvem particulares, mas nem sempre; por exemplo, o fato de que ser azul é ser colorido.

Outra diferença entre particulares e fatos é que os primeiros podem sempre ser associados a uma data e local, mas um fato não. O *fato* de que Napoleão perdeu em Waterloo em 1815, segundo Carr, não é datado em 1815, pois trata-se de um fato hoje. Sem falar em exemplos mais claros, como o fato de que 2 é um número par, [19] ou uma lei física.

Um *acontecimento* difere de um fato justamente por poder ser associado a um tempo e local: um *evento* é um acontecimento que ocorre num instante, um *processo* é um que ocorre em um tempo mais longo. [20] Um fato tampouco é uma *propriedade*, apesar desta também não ser associada a um tempo e local. Propriedades são possuídas por particulares, fatos não.

Uma sugestão é que fatos possam ser igualados a “proposições verdadeiras”. Mas isso não dá certo, pois um fato é o que torna uma proposição verdadeira. Uma abordagem categorial aos fatos foi apresentada por David Hamlyn (1962). [21] Em suma, fatos podem

ser considerados entes do mundo, a não ser que exijamos que a realidade seja co-extensiva com entes espaço-temporais. Esta conclusão mina, em certa medida, teses como a de George E. Moore (1903), segundo a qual valores não podem ser identificados com fatos, já que valores não têm localização espaço-temporal. Ora, fatos também não têm localização, de forma que este argumento da “falácia naturalista” não procede. Segundo Carr, pode haver “fatos morais”, assim como “fatos estéticos”. Vemos assim a relevância da metafísica também para a ética e para a estética. [22]

III. AFIRMAÇÕES METAFÍSICAS: CRITÉRIOS E ESTATUTO

(Cap. 1) III.1. Há Vários Critérios

Ao examinarmos os fatos, vimos certos critérios para se julgarem afirmações a respeito de categorias. O primeiro critério a ser apontado é que afirmações categoriais são avaliadas em termos de nossa *fala* sobre a realidade. [23] Mas algo mais do que uma mera coleção de observações linguísticas é necessário: é preciso também abstrair e idealizar. Por fim, é interessante prestar atenção na interface da metafísica com outras áreas da filosofia. Por exemplo, a filosofia da ciência avançou muito ao esclarecer a descrição categorial envolvendo a relação entre fatos e teoria. Carr também promete mostrar como a descrição categorial pode mostrar os erros da nova “metafísica essencialista” de Saul Kripke e David Lewis.

(Cap. 1) III.2. Relativismo, Objetividade e Cognitivismo

[24] As descrições categoriais tratam das características mais amplas e fundamentais *de nossa atividade de pensamento e linguagem*, e assim não estão sujeitas aos perigos de especulações a respeito da realidade em si. Mas mesmo para quem busca afirmações metafísicas substantivas, a descrição categorial é útil como passo preliminar.

Assim, a descrição categorial mostra que particulares e propriedades são tipos de coisa diferentes. Outra questão é se, na realidade, existem particulares e propriedades. A descrição categorial não precisa entrar nesta questão! Mesmo assim, Carr anuncia que em seu último capítulo irá abandonar a postura neutra da descrição categorial, e irá tecer conclusões a respeito da realidade. Defenderá que a suposição do absolutismo metafísico não é necessária para um realismo metafísico.

CAP. 2: SUBSTÂNCIA

I. SUBSTÂNCIAS ENQUANTO COISAS INDIVIDUAIS OU PARTICULARES

[25] Com relação à terminologia, o autor utiliza os termos “ser” [being], “ente” [entity], “existente” [existent] e “coisa” [thing] de modo intercambiável, e aplicáveis *lato sensu* aos membros de todas as categorias. No entanto, é usual associarmos essas palavras a uma categoria em especial, a dos particulares ou indivíduos. Assim, em um sentido estrito,

“coisa” designa um indivíduo, que é diferente de suas propriedades, etc. O termo usado tradicionalmente em metafísica para esta categoria (associada a indivíduos) é “substância”.

[26] O termo *substância* se refere a coisas que têm uma existência independente, para as quais acontecem coisas, e para as quais se podem atribuir propriedades e relações. Por exemplo, Platão é uma substância, mas a altura de Platão não, pois esta não tem realidade independente de Platão.

Segundo Aristóteles, substância é a resposta à questão “o que é?” (resposta: “um homem”), diferindo, é claro, de questões como “o que tem?” (“certa altura”) ou “onde está?” (“na Academia”). Nas *Categorias*, Aristóteles também distingue entre uma “substância primeira” e uma “segunda”. A primeira se refere a um indivíduo específico, por exemplo: “Um homem atravessou o salão”; a segunda se refere a uma classe ou gênero [*kind*]: “Um homem é um bípede implume”.

[27] No presente capítulo, Carr estará preocupado com a descrição categorial da substância primeira (indivíduos), ao passo que no cap. 3 se voltará à substância segunda (essências). [28]

II. O QUE SUBSTÂNCIAS NÃO SÃO

(Cap. 2) II.1. O Substrato de Locke

Para John Locke (1690), o substrato [*substratum*] seria a entidade que subjaz às propriedades de uma coisa [seria a *materia prima* de Aristóteles, que “carregaria” as propriedades, mas que em si não as teria]. Há uma discussão a respeito de como Locke encarava a tese metafísica do substrato, que não seria consistente com uma postura empirista. [29] Parece que ele considerava o substrato apenas como uma ideia que formamos, sem que possamos dizer que corresponda a algo real.

Um *particular*, de acordo com essa concepção, seria uma coleção de propriedades que seriam embasadas em um substrato. O substrato, em si, não teria propriedades [seria um particular despido, *bare particular*]. Assim, não seria possível apontar qualquer diferença entre o substrato de uma árvore e o de uma pedra. Para que serve então este conceito de “substrato”? Não ajuda a individuar um particular, pois não podemos distingui-lo de outro, nem reconhecer que um particular é o mesmo, nem classificar particulares em diferentes gêneros.

[30] Uma saída seria dizer que aquilo que carrega as propriedades de uma mesa não é um substrato, mas sim a própria mesa. Locke não teria se contentado com esta solução porque isso *identificaria* a mesa com suas propriedades [essa é a teoria do feixe, *bundle theory*, de Berkeley e Hume, que se opõe à noção de substrato]. Locke teria achado que uma propriedade teria que ser possuída por algo que não fosse uma propriedade. Mas Carr não vê porque um grupo de propriedades não poderia ter características peculiares, não compartilhadas por cada propriedade individual, como a localização espaço-temporal. [31] Apesar de o autor indicar a viabilidade desta “abordagem redutiva aos particulares”, como alternativa para a “teoria do substrato”, ele acaba não a levando muito a sério. Sua posição é que “os particulares são o que são”, não um substrato e nem uma classe de propriedades.

(Cap. 2) II.2. Objetos dos Empiristas

No *Tractatus* (1921), Ludwig Wittgenstein apresenta uma teoria de “objetos” que lembra o substrato de Locke, por não possuírem propriedades. [32] Tais objetos seriam os constituintes de “estados de coisas”, que são o produto das relações estruturais entre objetos, e seriam esses estados de coisas que seriam equivalentes aos particulares (num nível macroscópico dentro do “atomismo lógico” do filósofo austríaco). Seriam “macro-particulares”. Carr considera que suas críticas ao substrato de Locke também se aplicariam aqui. O atomismo lógico difere de um atomismo físico por se preocupar não com as partes físicas de um particular, mas com a construção linguística do *significado* de proposições. [33] Na teoria representacional [*picture theory*] de Wittgenstein, nomes designam objetos, e a estrutura da linguagem (que concatena esses nomes) exibiria a estrutura do mundo.

Os particulares usuais (estados de coisas) seriam compostos de particulares básicos, os objetos, que satisfazem os requisitos dos particulares: são existentes distintos, apesar de não poderem existir fora de sua combinação com os outros, mantêm relações entre si, e persistem (conservam-se) durante as mudanças dos estados de coisas.

[34] Carr examina as críticas à teoria do significado do *Tractatus*, e conclui que os “objetos” de Wittgenstein não são um bom exemplo da categoria de coisas particulares. Mesmo assim, acha interessante a busca por particulares mais “esotéricos”, que serviriam de base para os macro-particulares de nosso mundo.

O outro proponente do atomismo lógico foi Bertrand Russell (1918), cuja versão era mais reducionista e proposto em um contexto filosófico diferente. [36] Naquela época, Russell estava satisfeito em associar um nome próprio a um dado do sentido, como “esta mancha branca em meu campo visual”, o que o aproximava do fenomenismo de David Hume. Porém, sua versão priorizava a análise lógica de sentenças, envolvendo nomes que se referem a particulares, e não se preocupava com a questão do conteúdo da categoria dos particulares.

É interessante comparar essas abordagens empiristas com as duas teorias da substância do racionalista Gottfried Leibniz. [37] Sua primeira teoria identifica substâncias com entidades que chama de “mônadas”. Uma mônada é uma substância simples (sem partes), atômica, sem extensão, sem forma, indestrutível, que não interage causalmente, e dotada de percepção (*Monadologia*, publ. 1714). Sua segunda teoria identifica as substâncias com instanciações de “noções completas”, o que incluiria particulares ordinários, além das mônadas. [38] Leibniz considerava que cada uma dessas substâncias individuais teria uma definição que incluiria todas as verdades a seu respeito, ou seja, um nome não se referiria apenas a um indivíduo, mas também a sua definição completa (*Discurso de Metafísica*, 1686).

(Cap. 2) II.3. Designação Rígida

A tese leibniziana de que particulares seriam instanciações de noções completas faz com que todas as suas propriedades sejam *necessárias*. Em oposição a isso, é costume assumir que muitas propriedades dos particulares sejam *contingentes*. [39] Poderíamos até querer defender que todas as propriedades dos particulares sejam contingentes, apesar de parecer haver exceções para isso, como os números (que são particulares peculiares), que têm propriedades necessárias.

Saul Kripke (1970), dentre outros filósofos da corrente chamada de “essencialismo moderno” (que incluem Hilary Putnam, David Lewis e Alvin Platinga), argumenta que particulares têm tanto propriedades essenciais quanto contingentes, e que isso se reflete no uso de nomes para designar particulares. Os nomes são “designadores rígidos” que se referem ao *mesmo* particular neste mundo e em todos os mundos possíveis, em virtude de suas propriedades essenciais.

Consideremos Alexandre Magno. Que ele tenha sido o vencedor de Dario é uma propriedade contingente. Frege e Russell poderiam argumentar que o nome “Alexandre” é uma descrição disfarçada da propriedade “ser filho de Felipe da Macedônia”, que seria essencial. [40] Kripke, porém, segue John Stuart Mill ao defender que nomes não são descrições disfarçadas, mas apenas dispositivos de referência. As propriedades essenciais de um particular não são um reflexo do significado que atribuímos ao seu nome, mas se encontram fora do uso de nossa linguagem, e têm que ser descobertas.

Para esta concepção funcionar, é preciso distinguir entre uma necessidade (e possibilidade) epistêmica e uma necessidade de posse de propriedade. Suponha que “Alexandre” seja um designador rígido de Alexandre, em virtude da propriedade essencial de ser filho de Felipe. Esta é uma propriedade necessária, pois em todos os mundos possíveis Alexandre possui esta propriedade (esta é a concepção de Leibniz, de que uma verdade necessária é verdadeira em todos os mundos possíveis). No entanto, para nós, este é um fato empírico, e antes de conhecer sua verdade consideraríamos epistemicamente possível que ele não tivesse essa propriedade. [41] [42]

Há alguns problemas com esta concepção. Se, em algum mundo possível, Alexandre tivesse tido um irmão gêmeo idêntico, como identificaríamos sua propriedade essencial? Carr pondera que a objeção básica contra a concepção de Kripke é que nosso uso de nomes se dá sobre o pano de fundo de uma apreciação compartilhada socialmente da história mundial, e muitas definições se dão sobre propriedades contingentes. [43] [44]

(CAP. 2) III. O QUE SUBSTÂNCIAS SÃO

Na seção anterior, Carr apresentou argumentos contra diferentes caracterizações de substâncias primeiras. Mas algumas conclusões positivas foram obtidas.

Particulares são existentes independentes. Mesmo havendo diferentes interpretações quanto a esta independência (ver Descartes e Spinoza), [45] podemos adotar restrições menos severas e aceitar que a categoria de particulares inclui coisas como uma mesa, uma montanha, uma pessoa, uma multidão, etc.

Particulares também têm propriedades (atributos, acidentes), se bem que uma propriedade como “beleza” também instancie uma propriedade, como “desejabilidade”. Eventos e processos também têm propriedades. Assim, não se pode querer definir particulares como aquilo que tem propriedades.

[46] Uma diferença entre particulares, de um lado, e processos e eventos, de outro, é que um evento ou processo pode ser definido a partir da *mudança* da propriedade de um particular, ou de um evento ou processo, ao passo que um particular não é definido a partir de uma mudança de propriedade.

Dentre as propriedades relacionais envolvendo particulares, eventos ou processos, duas se destacam: as relações de localização espaço-temporais e as conexões causais.

(Cap. 2) III.1. Sujeitos em Aristóteles

Os dois critérios para uma boa teoria dos particulares, segundo Carr, é que ela dê conta da existência independente dos particulares, e que faça uma distinção clara entre particulares e acontecimentos.

[47] Em Aristóteles, ao dizer “Sócrates é um homem”, temos em Sócrates uma substância primeira, em relação à qual algo é predicado, que ele “é um homem”. Homem também é uma substância, e que predica algo de Sócrates, mas é uma substância segunda. Assim, faz sentido a afirmação de Aristóteles de que “uma substância primeira é aquilo do qual não se diz de um sujeito e nem é parte de um sujeito”. Ou seja, “Sócrates” nunca poderia aparecer como um predicado em uma sentença. [48] Se disséssemos “João é Sócrates”, não se trataria de uma sentença com sujeito e predicado, mas de um enunciado de identidade.

A distinção feita por Aristóteles funciona tanto no nível da realidade, quanto no da linguagem e no do pensamento. Carr explica também como a metafísica de Strawson segue a abordagem aristotélica. [49] Mas ainda é preciso suplementar a concepção aristotélica, para distinguir particulares de acontecimentos.

(Cap. 2) III.2. Princípios de Identidade

Um particular é algo que tem princípios de identidade que permitem a individuação do particular, dentre outros de sua espécie, e também a re-identificação posterior do particular como sendo numericamente o mesmo. [50] O princípio de identidade para objetos físicos familiares, como mesas, deverá envolver considerações sobre a localização espaço-temporal dos particulares. Assim, Carr propõe o seguinte princípio de identidade:

O critério de individuação é dado por aquelas características que são definitivas da espécie de indivíduo e que o distinguem espacialmente de outros de seu gênero; o critério de re-identificação é dado pela suplementação deste critério com a continuidade espaço-temporal do objeto.

Há outros particulares além dos objetos físicos, dentre os quais dois tipos importantes: *estados mentais* e os possuidores dos estados mentais (*peçoas* e animais). Um estado mental, como a crença numa certa proposição, pode ser associado a um intervalo de tempo, e são possuídos por alguém que ocupam uma localização espacial. [51] Porém, a questão da identidade pessoal é complicada.

Outro exemplo de particular são *grupos* dos particulares já mencionados. Também é complicado estabelecer o critério de identidade de uma multidão ou de uma sociedade. Uma *localização* espacial ou temporal também é um particular. Outro tipo de particular seriam *instanciações de propriedades*, como “a altura de Platão”, por exemplo.

Por fim, Carr conclui que eventos e processos também são particulares. [52] Com relação à questão da independência, é verdade que eventos dependem de particulares, mas os particulares mais simples também dependem, por exemplo, de sua localização espaço-temporal e de suas propriedades. Dentre os particulares, os acontecimentos (eventos e processos) se distinguem por poderem ser expressos por verbos, como em “João sorri”.

CAP. 3: ESSÊNCIA E ACIDENTE

I. SUBSTÂNCIA E ACIDENTE

“Substância” opõe-se a “acidente” ou “atributo”. Este par é análogo aos termos mais modernos “particulares” e “propriedades”. A oposição entre os termos do par foi examinada no capítulo anterior. 1) Um particular nunca é predicado de alguma coisa, ao passo que propriedades predicam e podem ser predicadas. 2) Particulares têm critérios de identidade, mas propriedades não: não se pode distinguir este vermelho carmim de outro vermelho carmim [salvo na teoria dos tropos]. Para propriedades, indistinguibilidade implica identidade.

[54] A *substância segunda*, de Aristóteles, compartilha essas características das propriedades. Ela não é um particular, mas sim o *gênero e espécie* nos quais participam os particulares. A diferença entre espécies é comparável à diferença específica entre dois particulares, mas não há critério de identidade para espécies: não pode haver duas espécies qualitativamente idênticas que sejam numericamente distintas, como ocorre com os particulares.

[Se escrevo “a perereca é um batráquio arbóreo”, o gênero é batráquio, a espécie é perereca, e a *diferença* é arbóreo. O gênero supremo é uma categoria, e a espécie ínfima não é gênero de nada. Gênero, espécie e diferença pertencem a seus objetos de maneira essencial. A *propriedade*, atributo de uma só espécie, não é essencial, mas pertence de maneira necessária. Já o atributo *acidente*, o “quinto predicável” dos medievais, não pertence necessariamente ao objeto.]

(Cap. 3) I.1. O Problema dos Universais

A investigação da categoria das propriedades tem uma longa história no problema dos universais. Existem propriedades? Ou isso é privilégio especial dos particulares? [55] A teoria que nega a existência de universais é chamada de *nominalismo*. Para o nominalismo, existem termos universais como “vermelho” ou “animal”, mas isso reflete apenas o uso linguístico que fazemos desses termos, e não algo a respeito da realidade. No séc. XVII, a teoria das “ideias gerais” (por exemplo, em Locke) defendia a existência de propriedades, e ela foi combatida por Berkeley e Hume, que argumentavam que todas as nossas ideias (por exemplo, “branco”) são particulares, sendo somente usadas de maneiras variadas. Mesmo admitindo que existam ideias gerais, o nominalismo afirma que tais propriedades não existem no mundo real, mas apenas em nossa linguagem [nominalismo, *stricto sensu*] ou mente [conceitualismo].

Platão salientava a realidade das propriedades, e considerava que os particulares habitavam o mundo sombrio das aparências. Os particulares seriam cópias imperfeitas das propriedades ideais. [56] Um problema com esta teoria, vislumbrado pelo próprio Platão, era estabelecer o que havia em comum entre um círculo desenhado no papel e a forma pura da circularidade: seria uma forma pura mais elevada ainda?

Aristóteles trouxe as propriedades para o mundo dos particulares. Não haveria a circularidade em si mesma, mas apenas particulares circulares. Não se trata de um nominalismo, pois as propriedades existem, sendo porém inerentes aos particulares.

[57] Talvez em consequência da queda da noção de espécie e gênero fixos, na biologia, muitos filósofos mais modernos têm considerado que as propriedades seriam oriundas apenas de semelhanças que percebemos nos objetos particulares. Essa “teoria da semelhança” [*resemblance theory*] precisa responder à objeção colocada por Russell (1912): a noção de “semelhança” não seria neste caso um universal?

(Cap. 3) I.2. Acidentes Essenciais

Antes do séc. XVII, fazia-se uma distinção entre propriedades (ou atributos) essenciais e acidentais. A rejeição feita por Locke da doutrina escolástica das formas substanciais o fez usar os termos “atributo” e “acidente” de maneira intercambiável. Mas, hoje em dia, o essencialismo está de volta, e utiliza-se o estranho termo “acidente essencial” [onde na verdade “acidente” é usado como sinônimo de “propriedade”].

Para entender isso, tracemos uma distinção entre “necessidade *de dicto*” e “necessidade *de re*”. Vamos supor que “9 é a soma de 4 e 5” atribua uma propriedade necessária ao número 9, uma propriedade essencial cuja posse faz parte do que 9 é. Por outro lado, a afirmação “solteiros são descasados” também atribui uma propriedade necessária ao sujeito, [58] mas tal necessidade é oriunda de uma convenção linguística, não de um estado de fato. Assim, esta última é um exemplo de uma “necessidade *de dicto*”, enquanto a propriedade do número 9 é um exemplo de “necessidade *de re*”.

A “necessidade *de re*” é o que caracterizaria a relação entre propriedades essenciais, não-acidentais (ou seja, acidentes essenciais), e seus possuidores. “Sócrates é humano” envolveria necessidade *de dicto*, não *de re*.

Aristóteles considerava que espécies tinham propriedades essenciais; por exemplo, homem teria a propriedade essencial de ser racional. A função da ciência seria classificar as espécies de acordo com essas propriedades necessárias *de re*. A noção de necessidade *de re* aparece também em Descartes, para quem a essência da mente seria o pensamento e do corpo a extensão, e em Leibniz, para quem a essência da mente humana seria o conhecimento das verdades eternas necessárias.

[59] Na matemática haveria também necessidade *de re*, mas hoje em dia muitos filósofos argumentam que a necessidade na matemática é *de dicto*. Carr argumenta então que não existem casos claros de posse de propriedades que seja necessária *de re*. Considera “espécies naturais” [*natural kinds*, também traduzível por “gênero natural”], como a água, argumentando que não é necessário *de re* que a água seja composta de hidrogênio e oxigênio, mas algo contingente.

No entanto, autores como Kripke e Putnam ressuscitaram a tradição aristotélica de usar modalidades *de re* para tratar de gêneros naturais (que teriam propriedades essenciais), que seriam um exemplo de designador rígido.

II. ESPÉCIES NATURAIS

John L. Mackie (1976) forneceu uma caracterização mínima do que seria uma *espécie natural*: o agrupamento legiforme [de acordo com uma lei] de propriedades [*lawlike clustering of properties*]. Por exemplo: água, ouro, sal de cozinha, e várias espécies de plantas e animais. Exemplos de espécies não-naturais, segundo Carr, seriam

misturas químicas (como o solo), cadeiras, reis. Espécies naturais teriam sido separados pela natureza.

Locke tratou desta questão, chamando a espécie natural de “substância”, em oposição a um modo e uma relação, [61] que não têm existência independente. Fez uma distinção entre essências nominais e reais de substâncias. A *essência nominal* de uma espécie é o complexo de ideias abstratas que associamos às propriedades da espécie. Por exemplo, a essência nominal do ouro são as ideias de amarelo, cor brilhante, alta densidade, maleabilidade, fácil fusão, etc. No entanto, haveria um outro tipo de essência, a *essência real*, que seria a constituição interna real da substância; [62] no caso do ouro, seria sua constituição atômica.

(Cap. 3) II.1. O Nominalismo Linguístico de Locke

Locke discordava da versão escolástica da teoria das espécies naturais, a chamada teoria das formas substanciais. Locke discordava da suposição de que os tipos substanciais poderiam ser reconhecidos de maneira *a priori*, e ao fazer esta crítica acabou adotando a postura nominalista de que os tipos são construções nossas, e não entidades reais.

Mas aceitando que há espécies naturais, e que coisas como o ouro têm uma essência interna real e uma essência nominal observável, coloca-se a questão de como os termos de espécies naturais são usados. [63] A resposta de Locke é que tais termos são usados em referência à essência nominal. Porém, os homens têm o costume de associar também uma essência real a esses termos, o que para Locke é fútil.

Carr critica este *nominalismo linguístico* do pensador inglês. [64] Argumenta que o avanço da ciência torna menos nítida a distinção entre as propriedades que são e que não são observáveis. Reconhece, porém, que Locke não cometeu o erro de atribuir um critério de identidade às espécies naturais (ou seja, as essências nominal e real das espécies envolvem propriedades e não particulares). [65] Locke também não defende que as propriedades essenciais sejam necessárias *de re*. Será Kripke quem introduzirá tais necessidades *de re* na descrição das espécies naturais.

(Cap. 3) II.2. O Realismo Linguístico de Kripke

Vimos que Locke associava a espécie natural a uma essência nominal (a descrição das propriedades observáveis), e não à constituição interna. Saul Kripke (1970), em contrapartida, associa a espécie natural à essência real da substância, exemplificada pela estrutura atômica do ouro. Espécies naturais não “conotam” propriedades, mas têm designação rígida (ver cap. 2, seção II.3), que vale em todos os mundos possíveis.

Mackie oferece algumas sugestões em favor de Kripke. Primeiro, defende que a visão deste se aplica às explicações científicas, [66] que buscam a constituição interna das substâncias. Isso, no entanto, não significa que a ciência não possa associar uma espécie natural a um complexo envolvendo essência nominal e essência real. Um segundo ponto é que a essência nominal de uma substância pode variar de pessoa para pessoa, se estas perceberem a substância de maneiras diferentes, ao passo que a essência real seria fixa. [67] Essa variabilidade, porém, pode ser superada se as pessoas adotarem uma convenção sobre quais são as propriedades definidoras de uma espécie natural. [68]

De qualquer maneira, a tese de que as espécies naturais são designadores rígidos é proposta como uma tese sobre o modo como esses termos são de fato usados. Um termo de espécie natural operaria como um dispositivo de referência, sem conteúdo descritivo; ele designaria a mesma espécie em todos os mundos possíveis; e igualdade de espécie seria igualdade de essência real. Assim, espécies naturais teriam propriedades essenciais necessárias *de re*.

Tomemos como exemplo o termo “água”. Ele se refere à água, independentemente de suas propriedades, como a liquidez, transparência ou falta de odor. Descobrimos, porém, que a água é formada por H₂O, de forma que esta seria sua essência real. Assim, “água” designaria H₂O em *qualquer* mundo possível. Por exemplo, em um mundo em que HCl tivesse todas as propriedades nominais da água, mesmo assim ela *não seria* água. Por outro lado, em um mundo em que H₂O tivesse todas as propriedades diferentes das que conhecemos, mesmo assim ela *seria* água.

Essas possibilidades são bizarras porque põem em cheque as conexões entre essências real e nominal de nosso mundo atual, ou seja, podem representar uma violação das leis naturais. [69]

Outro ponto é que, em diferentes mundos possíveis, espécies com essências reais diferentes podem ter as mesmas propriedades, de maneira indistinguível. Isso vai contra a tese (defendida por Carr, ver início do cap. 3) de que propriedades não poderiam ser duplicadas, que elas não viriam em um número distinto. Nesse sentido, as espécies seriam tratados por Kripke como particulares.

Notemos também que a “necessidade” que a ciência atribui a certas leis é contingente e empírica, sendo diferente das “necessidades *de re*” de Kripke. Ou seja, a necessidade envolvida na definição de água como H₂O é diferente da “necessidade” que a ciência atribui às propriedades fenomênicas consecutivas. [70]

Carr termina rejeitando a tese de Kripke. Argumenta que a afirmação de que “água poderia ser sólida e opaca” é tão plausível quanto a afirmação de que “água poderia ser HCl”. Critica a divisão entre propriedades observacionais e teóricas pressuposta por Locke e Kripke. Rejeita, por fim, a relevância de se usar “mundos possíveis” para esclarecer nosso uso prático de termos naturais.

Defende Kripke, porém, da acusação de que seu uso de modalidade *de re* seria na verdade uma modalidade *de dicto* (para essas definições, ver cap. 3, seção I.2). [71] Discute brevemente, também, as noções de “verdade necessária”, “verdade *a priori*” e “verdade analítica”, mencionando que Harré & Madden (1975) aceitam que uma verdade necessária possa não ser nem analítica, nem *a priori*.

Harré & Madden investigam a noção de “poderes causais” [*causal powers*], e definem um “particular poderoso” como um particular que tem a disposição de provocar alterações em propriedades observacionais. Ou seja, teriam uma constituição interna (essência real) e propriedades disposicionais (essência nominal), que se relacionariam de maneira *necessária*. Esta necessidade, portanto, seria objeto da explicação científica. Em Kripke isso não ocorre, [72] já que para ele a essência real é independente da essência nominal.